



RECEPÇÃO INTERNACIONAL DE MACHADO DE ASSIS: UM DEBATE EM TORNO DA DISJUNTIVA *LOCAL VS. UNIVERSAL*

Maria Isabel Bordini*

* belbordini@gmail.com

Bacharel em Direito (UFPR) e em Letras Português (UFPR). Mestre em Letras (UFPR). Doutorado em andamento em Estudos Literários (UFMG).

RESUMO: Procuramos analisar a oposição entre os conceitos de *local* e *universal*, oposição que aparece em alguns textos críticos acerca da recepção internacional da obra de Machado de Assis que foram publicados ao longo da última década. Os críticos e pesquisadores cujas ideias comentamos, e cujos artigos compuseram um debate sobre a inserção da obra machadiana no cenário internacional, são, nomeadamente, Michael Wood, Roberto Schwarz e Abel Barros Baptista. Nossa análise e comentário sobre o debate entre eles desenvolvido conta ainda, como ponto de fuga, com nosso posicionamento de que o uso da disjuntiva *local vs. universal* comporta o risco de ocultar a realidade histórico-social em que o fenômeno literário está inserido. Faz-se necessário, portanto, buscar outras categorias que deem conta de forma mais equilibrada de toda a complexidade envolvida na produção e recepção literária, em geral, e na produção e recepção da obra machadiana, em particular.

PALAVRAS-CHAVE: local; universal; crítica; recepção; Machado de Assis

ABSTRACT: This paper analyzes the opposition between the concepts of *regional* and *universal* that can be found in some pieces of critical work, published during the last decade, about the international reception of Machado de Assis. The critics and researchers whose ideas we will examine and whose articles have composed a debate about the reception of Machado's work in the international scenery are, namely, Michael Wood, Roberto Schwarz and Abel Barros Baptista. Our analysis and examination of the debate developed between them also bring, as a horizon, our position according to which the disjunction *regional vs. universal* carries the risk of hiding the social and historical reality in which the literary phenomenon is placed. Due to that we believe it is necessary do search other categories able to deal in a more appropriated way with all the complexity involved in literary production and reception, in general, and in the production and reception of Machado's work, in particular.

KEYWORDS: regional; universal; criticism; reception; Machado de Assis

O presente artigo pretende comentar algumas formulações críticas recentemente desenvolvidas a respeito da obra de Machado de Assis e que sobre ela se debruçaram a partir da oposição entre os conceitos de *local* e *universal*. Propõe-se, com tal exame, desnaturalizar essa distinção e, com isso, sugerir uma aproximação mais equilibrada da obra do escritor brasileiro. Para tanto, vamos nos concentrar na análise de uma sequência de artigos que compuseram um debate acerca da recepção da obra de Machado de Assis fora do Brasil.

Essa sequência se iniciou com um artigo de Michael Wood, ensaísta e professor da Universidade de Princeton, intitulado “Um Mestre entre Ruínas” (2002) e publicado na *New York Review of Books*. Wood analisa os romances da assim dita “fase madura” de Machado de Assis e comenta os estudos críticos de Roberto Schwarz. Em seguida, em 2006, Roberto Schwarz publicou o artigo “Leituras em competição” (2006) na Revista Novos Estudos CEBRAP, no qual, ao analisar a recepção da obra de Machado de Assis no exterior, questiona a noção recorrente de “universalidade”, vendo-a presente, em certa medida, nas considerações de Michael Wood, e procura demonstrar o prejuízo estético e interpretativo decorrente da opção de ignorar as particularidades locais formalizadas na obra de Machado. Em resposta, num artigo de 2009, “Entre Paris e Itaguaí” (2009), publicado igualmente pela Revista Novos Estudos CEBRAP, Michael Wood leva

em conta as considerações de Schwarz, mas, mantendo a disjuntiva “leitura nacional” e “leitura internacional”, indaga se o modelo de análise de Schwarz poderia acomodar uma avaliação mais amistosa do leitor internacional. Por fim, Abel Barros Baptista, professor da Universidade Nova de Lisboa, fez um apanhado da discussão e, no ensaio “Ideia de Literatura Brasileira com propósito cosmopolita” (2009), publicado na Revista Brasileira de Literatura Comparada, retoma a noção de literatura mundial através da proposta de uma “leitura com propósito cosmopolita” da obra de Machado de Assis. Barros Baptista reclama o direito a essa leitura com base no conceito de hospitalidade, segundo o qual a potencialidade mais nobre da literatura estaria na sua capacidade de acolher o leitor estrangeiro – o leitor que ignora as condições particulares em que a obra foi produzida – e de gerar sentidos a ele.

A oposição entre local e universal está, menos ou mais explicitamente, posta na distinção entre uma leitura “nacional” e outra “internacional” da obra de Machado de Assis. A leitura nacional só daria conta de questões que dizem respeito à realidade brasileira mais específica, questões contingentes e menos relevantes, portanto, enquanto que a leitura internacional (ou as leituras internacionais) apontaria para elementos que possuem um maior alcance e interesse à comunidade humana como um todo.

Diante disso, somos levados a questionar: o que seria uma “leitura internacional” senão uma interpretação que parte de

um contexto (histórico, político, cultural) inevitavelmente específico? Nenhum crítico fala fora do tempo e do espaço. Uma leitura internacional é, na verdade, uma interpretação da obra em outro contexto que não o de sua produção – ou melhor, *em relação* com esse contexto outro. Entendemos que o termo “internacional” pode querer simplesmente fazer referência ao procedimento de pôr em diálogo autores de diferentes procedências nacionais, sem carregar, portanto, um viés ideológico ou político que leve a atribuir maior relevância à produção intelectual realizada em certos países em detrimento da de outros. No entanto, o que queremos destacar é que, ao ser evocado, o termo “internacional” está frequentemente associado à ideia de um espaço ideal despojado das particularidades e limitações de um espaço definido por uma identidade nacional. Tal espaço, no entanto, inexistente na configuração geopolítica que se nos apresenta (inexistente como realidade material, pois é claro que no plano das ideias é uma elaboração mais ou menos constante do pensamento humano). Podemos falar em espaços multinacionais, em que diferentes identidades nacionais (tomando-se aqui “nacional” num acepção ampla, não apenas relacionada aos Estados-nação, mas a qualquer comunidade humana constituída) trafegam, se comunicam e se colocam em conflito. Porém, um espaço internacional como um espaço identitariamente neutro (e estamos falando não apenas de um espaço físico,

mas antes de tudo de um espaço simbólico) é algo que não encontra respaldo na realidade empírica.

Nesse sentido, pensar em um espaço ou em um contexto cultural que permita formulações mais universais do que qualquer ou quaisquer outros contextos denuncia, primeiro, alguma falta de perspectiva histórica e sociológica acerca do desenvolvimento do pensamento humano. Denuncia também, em seguida, uma possível inconsciência das dinâmicas de poder que regem as relações materiais (econômicas), políticas e culturais entre as diferentes comunidades humanas – inconsciência que pode vir acompanhada ou até ser substituída por algum grau de compactação com as injustiças que tais dinâmicas produzem.

Antes de examinarmos as manifestações críticas mais recentes que serviram de balizas às nossas reflexões, cabe retomar, muito brevemente, as considerações de dois dos críticos e teóricos de literatura brasileira que possuem maior repercussão na contemporaneidade e que lançaram como que as linhas gerais para os atuais debates acerca da obra de Machado de Assis. Suas principais formulações estão pressupostas e/ou são mesmo citadas nos artigos em discussão que iremos analisar. Tratam-se de Antonio Candido e Roberto Schwarz.

A fortuna crítica a respeito da obra de Machado de Assis, pelo menos a fortuna crítica que atualmente se produz no contexto brasileiro, inegavelmente deve muito às

formulações de Antonio Candido. Vamos nos ater ao que o teórico disse a respeito de Machado em um capítulo de *Formação da Literatura Brasileira*, aquele intitulado “Um instrumento de descoberta e interpretação”, bem como em um texto produzido uma década depois, o “Esquema de Machado de Assis”, escrito a partir de uma conferência pronunciada nas Universidades da Flórida e do Wisconsin em 1968.

Em *Formação*, no capítulo que mencionamos, Antonio Candido procurar traçar algumas linhas de força que regem a composição do romance brasileiro oitocentista. Ele identifica um processo de acumulação de procedimentos estéticos e temas que tem como ponto de fuga a ideia de definição e consolidação de uma identidade nacional:

No Brasil o romance romântico, nas suas produções mais características (em Macedo, Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Taunay), elaborou a realidade graças ao ponto de vista, à posição intelectual e afetiva que norteou todo o nosso Romantismo, a saber, o Nacionalismo literário. (...) O ideal romântico-nacionalista de criar a expressão nova de um país novo encontra no romance a linguagem mais eficiente.¹

Antonio Candido aponta a existência de um senso de missão, um sentido de encargo social por parte dos escritores brasileiros do século XIX ao qual correspondia um anseio

por “exprimir a realidade específica da sociedade brasileira”² e que nem sempre resultava em obras esteticamente bem realizadas. Essa realização não tão bem sucedida se deve, segundo Candido, a uma fidelidade dupla por parte dos romancistas brasileiros, uma fidelidade a duas frentes nem sempre compatíveis: a realidade local, por um lado, e as modas literárias francesa e portuguesa por outro.

Antonio Candido insere Machado de Assis nesse cenário como um autor fundamentalmente atento ao que os seus predecessores vinham fazendo até então e identifica nisso a chave, ou pelo menos uma das chaves do seu sucesso:

(...) esse mestre admirável se embebeu meticulosamente da obra dos predecessores. A sua linha evolutiva mostra o escritor altamente consciente, que compreendeu o que havia de certo, de definitivo, na orientação de Macedo para a descrição de costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antônio, na vocação analítica de José de Alencar. Ele pressupõe a existência dos predecessores, e esta é uma das razões da sua grandeza: numa literatura em que, a cada geração, os melhores recomeçam *da capo* e só os medíocres continuam o passado, ele aplicou o seu gênio em assimilar, aprofundar, fecundar o legado positivo das experiências anteriores. Este é o segredo da sua independência em relação aos contemporâneos europeus, do seu alheamento às modas literárias de Portugal e França. Esta, a razão de não terem muitos críticos sabido onde classificá-lo.³

2. CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*, p. 434.

1. CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*, p. 431-432.

3. CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*, p. 436-437.

Ou seja, Candido considera indispensável à compreensão do fenômeno Machado de Assis a associação entre um talento poderoso para a abstração analítica acerca das relações humanas (para as “formulações universais”, se quisermos) e a apreensão do processo particular de desenvolvimento da literatura nacional, centrado na preocupação pela representação literária da realidade local. “Assim”, diz Candido, “se Swift, Pascal, Schopenhauer, Sterne, a Bíblia ou outras fontes que sejam, podem esclarecer a sua [de Machado] visão do homem e a sua técnica, só a consciência da sua integração na continuidade da ficção romântica esclarece a natureza do seu romance”⁴.

“Esquema de Machado de Assis” é um texto produzido em circunstâncias bastante diferentes das de *Formação*: dirigindo-se a um público não familiarizado com a obra do escritor brasileiro, Antonio Candido se preocupa em iluminar aspectos dessa obra que não estão tão diretamente ligados ao processo de formação da literatura brasileira. Contudo, em momento algum essa ligação é negada e Machado de Assis não é aí apontado como “um escritor de estatura internacional” a despeito da sua consciência e inserção naquele processo nacional, mas tal consciência e tal inserção estão, pelo contrário, pressupostas em todas as considerações que Candido faz a fim ganhar o interesse do público norte-americano para a obra de Machado. Quando ele diz, por exemplo, que, despreocupando-se com as modas dominantes – tais como o

narrador flaubertiano que apagava a si mesmo, ou o inventário minucioso da realidade preconizado por Zola e pelos naturalistas –, Machado de Assis “cultivou livremente o elíptico, o incompleto, o fragmentário, intervindo na narrativa com bisbilhotice saborosa”⁵, desse modo recriando “o tom caprichoso do Sterne que ele prezava”⁶ e convocando “um eco do *conte philosophique*, à maneira de Voltaire”⁷, quando faz essas considerações e comparações, Antonio Candido está sim jogando luz sobre uma das faces do fenômeno Machado, mas isso não implica expulsar a outra.

(Abel Barros Baptista, no último artigo da polêmica que vamos examinar, acusa Candido de apresentar explicações da obra de Machado contraditórias e excludentes entre si nesses dois momentos, o de *Formação* e o da conferência nas universidades americanas. Já estamos adiantando nossa visão de que tal consideração não se sustenta.)

Ao final do texto em questão, Antonio Candido irá dizer que “o senso machadiano dos sigilos da alma se articula com uma compreensão igualmente profunda das estruturas sociais, que funcionam em sua obra com a mesma imanência poderosa que Roger Bastide demonstrou haver no caso da paisagem”⁸, ou seja, Candido não deixa de apontar para a presença e mesmo para a centralidade do elemento específico da realidade brasileira na composição da obra machadiana. Sua

5. CANDIDO. Esquema de Machado de Assis, p. 30.

6. CANDIDO. Esquema de Machado de Assis, p. 30.

7. CANDIDO. Esquema de Machado de Assis, p. 30.

8. CANDIDO. Esquema de Machado de Assis, p. 31. Sobre a tese de Roger Bastide, Candido explica que, “contrariando uma velha afirmação, segundo a qual Machado não sentiu a natureza do seu país, [Bastide] mostrou que, ao contrário, ele a percebe com penetração e constância; mas em lugar de representá-la pelos métodos do descritivismo romântico, incorpora-a à filigrana da narrativa, como elemento funcional da composição literária.” CANDIDO. Esquema de Machado de Assis, p. 21.

4. CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*, p. 437.

9. Essa remissão às ideias de Candido, por parte de Schwarz, encontra-se ilustrada na epígrafe que encabeça o capítulo “Acumulação literária e nação periférica”, de *Um mestre na periferia do capitalismo*, a qual foi retirada justamente da passagem de *Formação da literatura brasileira* que há pouco comentamos. A epígrafe na sua íntegra, citação de Antonio Candido, diz o seguinte: “Se voltarmos porém as vistas para Machado de Assis, veremos que esse mestre admirável se embebeu meticulosamente da obra dos predecessores. A sua linha evolutiva mostra o escritor altamente consciente, que compreendeu o que havia de certo, de definitivo, na orientação de Macedo para a descrição de costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antônio, na vocação analítica de José de Alencar. Ele pressupõe a existência dos predecessores, e esta é uma das razões da sua grandeza: numa literatura em que, a cada geração, os melhores recomeçam da capo e só os medíocres continuam o passado, ele aplicou o seu gênio em assimilar, aprofundar, fecundar o legado positivo das experiências anteriores. Este é o segredo da sua independência em relação aos contemporâneos europeus, do seu alheamento às modas literárias de Portugal e França. Esta, a razão de não terem muitos críticos sabido onde classificá-lo. (Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*)”. SCHWARZ. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 138.

apresentação de Machado ao público norte-americano não é oposta, mas complementar ao que ele afirmou em *Formação*.

A respeito de Roberto Schwarz, podemos dizer que a leitura que formulou sobre as relações entre o edifício estético-formal das obras maduras de Machado e a realidade social do Brasil oitocentista representou uma espécie de revolução nos estudos machadianos. Os livros paradigmáticos dessa guinada crítico-metodológica são *Ao vencedor as batatas* (1977) e *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990). Schwarz partiu das considerações que Antonio Candido teceu em *Formação* a respeito do lugar ímpar ocupado por Machado de Assis na literatura brasileira do século XIX⁹ e tratou de esmiuçar o mecanismo que Candido sugeriu (mas não explicou) estar por trás da singularidade com que Machado compreendeu e superou a obra de seus predecessores.

A análise de Schwarz desse mecanismo parte de uma bem demarcada perspectiva histórico-materialista acerca do desenvolvimento econômico-social brasileiro e do seu correspondente desenvolvimento cultural-literário. Em *Ao vencedor as batatas*, seguindo a linha de estudos que Antonio Candido propõe da imbricação entre forma literária e processo social nas origens do romance brasileiro, Schwarz identifica aquilo que ele entende como contradições nos romances de José de Alencar e atribui a origem delas às contradições existentes na própria sociedade brasileira de então, simultaneamente

escravista e admiradora do liberalismo europeu. Os problemas da prosa alencariana seriam devidos ao fato de o autor não ter conseguido equacionar a forma burguesa do romance europeu moderno que lhe servia de matriz às especificidades da matéria local, a qual era, em vários pontos, avessa e rebelde a essa forma. Os primeiros romances de Machado de Assis ainda guardariam alguns impasses decorrentes dessa disparidade histórica, mas tais problemas teriam sido superados nos romances da fase madura.

Schwarz dá continuidade a essa tese em *Um mestre na periferia do capitalismo*, onde propõe e analisa a existência de um princípio formal-organizativo em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* responsável pela superação das contradições existentes na prosa de Alencar e nos primeiros romances de Machado: trata-se do princípio da volubilidade do narrador, o qual consiste no emprego crítico de uma técnica narrativa a favor de algo muito específico, algo que não tem necessariamente a ver com os modelos europeus de romance, mas que está conectado a um dado local da realidade brasileira. Esse dado pode ser resumido da seguinte maneira: no Brasil oitocentista convivem duas ordens de pensamento, uma moderna e burguesa, outra paternalista e escravocrata. A tese de Schwarz é a de que a volubilidade do narrador está presente no nível formal (de linguagem e estrutura) como representação do mecanismo social que rege as relações numa

sociedade cindida pelo embate entre uma visão patriarcal e outra burguesa. Essa volubilidade enquanto princípio formal – que só se torna possível quando Machado abandona o narrador comedido dos primeiros romances e adota, conscientemente, um narrador ideologicamente comprometido com a elite – essa volubilidade promove a encarnação formal das contradições sociais que compõem a matéria do romance, e assim resolve a disparidade entre a forma e o conteúdo, disparidade que Schwarz acusara em Alencar. Diz o crítico a respeito do narrador de *Memórias póstumas de Brás Cubas*:

Sob o patrocínio prestigioso de Sterne, e também das condutas anti-sociais cultivadas e estetizadas na prosa de folhetim, a volubilidade narrativa irmana e faz alternarem os arrancos da impunidade patriarcal e o pouco-se-me-dá do proprietário moderno, o arbítrio da velha oligarquia escravista e a irresponsabilidade da nova forma de riqueza. Reencenava e apontava à execração dos bons entendedores a ambiguidade característica da classe dominante brasileira.¹⁰

Está, portanto, proposta uma explicação para a especificidade estético-formal que Machado de Assis apresenta em relação aos demais romancistas brasileiros do século XIX e que Antonio Candido foi um dos primeiros a apontar. Essa explicação vai ser alvo de críticas que nela vão enxergar um pressuposto teleológico na análise da formação da literatura

brasileira (como se todo o desenvolvimento do romance brasileiro tivesse se encaminhado para a forma concebida e praticada por Machado de Assis, atingindo nela o seu ponto ótimo), mas a análise de Schwarz tem o mérito de haver realizado um estudo mais cerrado e metodologicamente definido da obra de Machado, e de ter sido pioneira nisso.

O interesse internacional em torno da obra de Machado de Assis encontra-se especialmente representado pelas reflexões de John Gledson, Susan Sontag, Helen Caldwell, dentre outros. É neste contexto que Michael Wood, crítico literário norte-americano e professor de literatura inglesa e comparada da Universidade de Princeton, se pronunciou no primeiro artigo que iremos comentar, “Um mestre entre ruínas” (2002). Michael Wood propõe, aqui, que a obra de Machado de Assis é composta por dois mistérios: um mistério nacional e outro internacional. O mistério nacional estaria ligado à existência de duas fases na escrita de Machado e teria sido explicado por Roberto Schwarz¹¹. No entanto, segundo Wood, haveria coisas em Machado que escapam a essa “comédia ideológica brasileira”¹², ou que não podem ser a ela reduzidas ou por ela explicadas. Segundo Wood, Schwarz teria deixado de captar justamente essas coisas que escapam, as quais compõem a substância do segundo enigma, o tal do “mistério internacional”. Vejamos como argumenta Michael Wood:

11. Michael Wood, *in verbis*: “Mas um mistério paira sobre sua obra [de Machado]. Ou melhor, dois mistérios: um é brasileiro, o outro, internacional. O mistério brasileiro refere-se ao desenvolvimento de sua ficção mais longa.” WOOD. Um mestre entre ruínas [texto sem paginação].

12. WOOD. Um mestre entre ruínas [

10. SCHWARZ. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 218.

Mas sua tese [de Schwarz] é um tanto severa e inflexível, mesmo quando o assunto não é a escravidão. E se não formos cativados para a “comédia ideológica brasileira” em cena? Será que a única alternativa consiste em cair presa dos encantos narrativos de Brás Cubas, tornando-nos cúmplices de classe à distância? (...) Concordo que Machado é um mestre por conta de seu ambiente e de seus temas brasileiros, não apesar deles. Mas ainda precisamos saber em que consistem a mestria e a modernidade de Machado, por que seus romances são mais que documentos históricos, mais que os documentos oblíquos e sofisticados que Schwarz identifica.¹³

Basicamente, o que Michael Wood está fazendo é reivindicar a possibilidade (talvez o direito) de ler Machado de Assis do seu jeito, como um não-brasileiro (ele, Michael Wood, não-brasileiro) e como não conhecedor de todos os dados históricos e sociológicos de que parte Roberto Schwarz. Validíssimo. O problema, a nosso ver, é que ao identificar uma leitura que parte do pressuposto histórico-sociológico da relação entre sociedade e forma literária a uma “leitura nacional”, Wood está diminuindo, está transformando em meramente “local” um esquema heurístico que possui um valor explicativo bastante poderoso. A concepção e o método de Schwarz não são “locais”, os dados que ele examina sim, mas são tão locais quanto quaisquer outros dados que Michael Wood for convocar a fim de esclarecer aspectos da

obra de Machado que escapam ao esquema de Schwarz. No mais, o “mistério internacional” de que ele fala nos parece estar menos relacionado com a obra de Machado em si do que com a sua leitura nos círculos intelectuais fora do Brasil – ou melhor, com a prolongada falta dessa leitura e com o seu apenas recente exercício nesses círculos.

Numa espécie de resposta às considerações de Michael Wood, Roberto Schwarz escreveu o artigo “Leituras em competição” (2006), no qual reafirma a sua tese de que as particularidades da história e da sociedade brasileira foram formalizadas de um modo inédito por Machado de Assis, inaugurando uma complexidade sem precedentes na tensão dialética entre local e universal, que Schwarz exemplifica com a análise da crônica “O punhal de Martinha”. Schwarz está preocupado em demonstrar que, para uma compreensão mais profunda de todas as implicações da prosa machadiana, faz-se necessário não só escalar o escritor brasileiro na linha contínua do processo de formação da literatura brasileira, como também perscrutar a realidade extra-literária em que esse processo se deu e na qual, ao mesmo tempo, ele procurou interferir (Schwarz acredita num tráfego de mão dupla: a literatura reflete as condições histórico-materiais em que é produzida, mas simultaneamente incide e atua sobre tais condições). Vejamos como Schwarz se pronuncia:

13. WOOD. Um mestre entre ruínas [texto sem paginação].

Em lugar do pesquisador das constantes da alma humana, acima e fora da história, indiferente às particularidades e aos conflitos do país, entrava um dramaturgo malicioso da experiência brasileira. Este não se filiava apenas aos luminares da literatura universal, a Sterne, Swift, Pascal, Erasmo etc., como queriam os admiradores cosmopolitas. Com discernimento memorável, ele estudara igualmente a obra de seus predecessores locais, menores e menos do que menores, para aprofundá-la. Mal ou bem, os cronistas e romancistas cariocas haviam formado uma tradição, cuja trivialidade pitoresca ele soube redimensionar, descobrindo-lhe o nervo moderno e erguendo uma experiência provinciana à altura da grande arte do tempo.¹⁴

Com a ideia de leituras em competição, Schwarz deseja destacar que muito do que a crítica internacional valoriza em Machado de Assis tem a ver com a aproximação de elementos da sua obra com tópicos e questões que a teoria literária contemporânea valoriza. Portanto, essa análise mais universalizante, em oposição a uma abordagem que confinaria o autor na sua particularidade histórica, contém, na verdade, muito pouco de universal. Trata-se de uma visada que parte de um lugar específico – os estudos literários que se realizam no ambiente anglófono, eminentemente – e que se orienta pelas inquietações e temas que lhe são próprios. Os quais, no dizer de Schwarz, consistiriam do seguinte:

As teorias literárias com vigência nas principais universidades do mundo, hoje sobredeterminadas pelas americanas, buscam estender o seu campo de aplicação, como se fossem firmas. O interesse intelectual não desaparece, mas combina-se ao estabelecimento de franquias. Nessa perspectiva, uma obra de terras distantes, como a de Machado de Assis, na qual se possam estudar com proveito — suponhamos — os procedimentos retóricos do narrador, as ambigüidades em que se especializam os desconstrucionistas, a salada estilística do pós-modernismo etc., estará consagrada como universal e moderna. A natureza sumária desse selo de qualidade, que corta o afluxo das conotações históricas, ou seja, das energias do contexto, salta aos olhos.¹⁵

Schwarz aponta para a falência das categorias de universalismo e localismo na análise do fenômeno literário: “universalismo e localismo são polos equívocos, ideologias”¹⁶. É nesse mesmo sentido que aqui orientamos nossas reflexões. Ressaltamos, entretanto, que Schwarz faz a defesa não exatamente de uma “leitura nacional” de Machado (coisa que poderia abrigar várias abordagens muito distintas e nem sempre compatíveis), mas defende a *sua* leitura, qual seja, uma interpretação de matriz histórico-materialista que pode ser e efetivamente vem sendo questionada (particularmente pelo seu teleologismo e pela “injustiça” cometida contra José de Alencar) por outras leituras que se desenvolvem no cenário

14. SCHWARZ. Leituras em competição, p. 63.

15. SCHWARZ. Leituras em competição, p. 66.

16. SCHWARZ. Leituras em competição, p. 68.

do pensamento brasileiro. Seria interessante se essas outras leituras ganhassem cada vez mais peso e viessem a enriquecer a tal competição, desbancando o dualismo já desgastado da leitura nacional *versus* leitura internacional.

Mas diante da resposta de Roberto Schwarz, Michael Wood não deixou de elaborar a tréplica, na forma do artigo “Entre Paris e Itaguaí” (2009). Wood leva em consideração a defesa de Schwarz e de certa forma assimila a importância de se buscar as particularidades do contexto nacional:

Para mim, a questão crítica, depois de feito o esforço de descobrir o que se pode descobrir sobre o contexto nacional saturado de determinada obra, é como devemos ligar nossa experiência de leitura a outros contextos, especialmente o nosso próprio; como levar a cabo *o duplo projeto de literalismo e analogia que julgo que toda a literatura propriamente dita demanda*. (...) Minha sugestão é que o suposto leitor internacional, tendo se tornado um leitor tão nacional quanto lhe é possível, possa proveitosamente voltar para casa e comparar: comparar, não assimilar ou achatar, já que a comparação, quando é ativa, mesmo quando é comicamente ativa, como na ligação feita por Machado entre Paris e Itaguaí, mantém vivos todos os seus componentes e não subordina um ao outro. Um toque de comparação extranacional também não faria mal ao leitor nacional.¹⁷ (Grifo nosso)

No entanto, pode haver um problema quando esse “projeto de literalismo e analogia” soa como um projeto de resgate de Machado de Assis da sua condição de brasilidade. Não estamos dizendo que isso é o que Michael Wood necessariamente se propõe a fazer, só estamos apontando que a discussão em que ele se envolveu (a discussão que ele de certa forma propôs) não pode deixar de enfrentar isto que parece ser uma tensão dialeticamente insuperável: como falar do Outro sem enclausurá-lo como tal (tornando-o incomunicável) e sem, ao mesmo tempo, descaracterizá-lo e reduzi-lo ao Mesmo? É uma questão fundamental essa que Michael Wood, talvez não de todo intencionalmente, instaura. De resto, a sua postura neste segundo artigo denota um equilíbrio e uma potencialidade de sair do autocentramento que seria interessante encontrar com mais frequência na crítica literária proveniente dos países econômica e culturalmente hegemônicos, especialmente quando essa crítica se volta para os autores da assim dita periferia.

Por fim, Abel Barros Baptista teceu suas considerações a respeito dessa discussão toda no ensaio “A ideia de literatura brasileira com propósito cosmopolita” (2009). Nele o autor questiona e rejeita aquilo que acredita ser uma desqualificação do olhar estrangeiro sobre a literatura brasileira (e sobre a obra de Machado de Assis, especificamente) na tese de Roberto Schwarz. Barros Baptista lança mão da ideia de

17. WOOD. Entre Paris e Itaguaí, p. 188-189.

hospitalidade (um conceito que não provém da teoria literária, mas do campo da civilidade e das relações entre os povos) e da premissa de que se as línguas nos separam, a literatura deve nos unir. A esse anseio universalista ele denomina “propósito cosmopolita”, o qual, a seu ver, deve orientar a crítica e a teoria literárias a buscar nas obras aquilo que elas têm de mais receptivo, de hospitaleiro, para com os leitores de diferentes procedências. Vejamos como tais ideias são formuladas:

O que se deve então legitimamente exigir ao brasilianista? Que estude e divulgue o Brasil de que a literatura brasileira fala ou, antes, estude e divulgue a razão de a literatura falar do Brasil? Que se interesse pela realidade nacional brasileira ou, antes, pelo interesse da literatura brasileira pela realidade nacional brasileira? Que se torne porta-voz de uma literatura entendida como representação do Brasil, no sentido mimético e no diplomático, ou, antes, analise o processo por meio do qual no Brasil se procurou construir uma literatura entendida como representação do Brasil?

Proponho designar *cosmopolita* a perspectiva que estabelece essas distinções e argumenta em favor do segundo termo da alternativa, que preserva a relação com a literatura, enquanto o primeiro a subordina a uma qualquer relação com o Brasil. O propósito cosmopolita leva em conta o desejo de criação de uma literatura a que os brasileiros possam chamar sua, mas postula que tal desejo não se confunde com o que eles

ou todos nós chamamos literatura brasileira – nem é o único guia, muito menos o melhor, para a conhecer.¹⁸

O que se torna questionável nessas formulações, a nosso ver, é que isso que Abel Barros Baptista chama de “ideal cosmopolita” é um projeto tão histórica e geopoliticamente localizado quanto o projeto de consolidação de uma literatura nacional que ele critica, ou pelo menos procura deixar em segundo plano. Trata-se de um projeto que surge no contexto dos países dotados de maior hegemonia política, econômica e cultural, dos países que detém maior “capital literário”¹⁹ e que se deparam com a necessidade de ler e analisar obras produzidas por países da periferia da “República Mundial das Letras”²⁰. Portanto, não há nada de mais universal ou mais legítimo nessa abordagem, como Baptista parece nos querer fazer crer. A proposta do cosmopolitismo não foge a um quadro cultural e ideológico.

Nessa mesma toada, Barros Baptista enxerga uma dualidade inconciliável entre aquilo que Antonio Candido escreveu a respeito de Machado de Assis em *Formação da Literatura Brasileira* e aquilo que o crítico brasileiro dispôs no ensaio que analisamos, “Esquema de Machado de Assis”. O crítico português diz:

Antonio Candido não está apenas a situar Machado no quadro nacional, limitando-o ao processo da “formação da literatura

18. BAPTISTA. A ideia de literatura brasileira com propósito cosmopolita, p. 65.

19. Usamos aqui a ideia de Pascale Casanova, responsável pela concepção de uma “República Mundial das Letras”, um espaço simbólico de relações culturais-literárias que são desiguais, porque acontecem entre países dotados de capital literário desigual (essa desigualdade reflete a desigualdade existente na realidade político-econômica mundial, na realidade extra-literária, portanto). Segundo Casanova o capital literário de um país pode ser medido pelos seguintes fatores: 1) número de traduções que se fazem para a língua do país em questão; 2) a antiguidade dos textos nela escritos e 3) a existência ou não de obras tidas como “clássicos”. CASANOVA. *A República Mundial das Letras*. p. 27-33.

20. Novamente, referência à obra de Pascale Casanova.

brasileira”: está a recusar o ponto de vista cosmopolita, precisamente porque estipula que a inteligibilidade e a originalidade de Machado decorrem do modo como ele próprio, “altamente consciente”, se inseriu nesse processo. Nessa descrição, a “formação” de Machado como escritor decorre essencialmente em ambiente doméstico e o estrangeiro não é mencionado senão para sublinhar o alheamento e recusa que o excluem do processo. Já quando fala de Machado nas Universidades da Flórida e do Wisconsin, quase 10 anos depois da *Formação*, dir-se-ia que o mesmo Antonio Candido se muda para o lado adverso, isto é, o cosmopolita.²¹

E também:

(...) no “Esquema”, Candido não apela a nomes familiares, seja Sterne ou Voltaire, mas a uma tradição comum, a do romance europeu e da noção de literatura que representa. É aí que o propósito cosmopolita pode actuar, e por isso é aí que a incompatibilidade entre as duas perspectivas salta inexorável. (...) a primeira [a perspectiva que está em *Formação*] requer o conhecimento do processo da “formação” como condição da inteligibilidade de Machado, a segunda [a perspectiva do *Esquema*] não só o dispensa como torna Machado um romancista muito mais relevante porque capaz de actuar criticamente sobre a tradição e a actualidade da situação literária europeia.²²

Existe, a nosso ver, uma certa injustiça e incompreensão para com as considerações de Candido, em seus dois momentos, por parte de Barros Baptista. Antonio Candido é quem parece melhor ter compreendido a dinâmica das influências e da composição da obra de Machado, pois ele não vê como contraditórios e excludentes esses dois percursos (que na verdade são indissociáveis): aquele que se dá a partir da leitura e da inserção na literatura nacional nascente, e aquele que se executa com a retomada e a reinvenção de procedimentos que compõem a tradição do romance europeu. A abordagem histórica e sociológica que Abel Barros Baptista critica (e Michael Wood, em nível menor, também) não necessariamente exclui a análise das influências e continuidades europeias na obra de Machado, mas, identificando-se a presença destas, tal abordagem procura focar-se na seguinte questão: como elas se desenvolveram na particularidade do contexto nacional e o que elas significam para este contexto. Trata-se de um recorte de leitura perfeitamente legítimo, não é excludente, não é menor, e é tão “local” quanto qualquer temática que interesse à tradição literária europeia. A especificidade das relações de classe no Brasil do século XIX não é uma questão menos relevante para a compreensão da obra de Machado e nem aponta para questões menos “universais” do que aquelas envolvidas, por exemplo, no desenvolvimento de um tipo de narrador que marca a gênese do romance inglês do século XVIII (e, num certo sentido, do

21. BAPTISTA. A ideia de literatura brasileira com propósito cosmopolita, p. 77.

22. BAPTISTA. A ideia de literatura brasileira com propósito cosmopolita, p. 78-79.

romance moderno como um todo) e cuja matriz foi identificada em Laurence Sterne (questão que, segundo os pressupostos de Barros Baptista, estaria mais alinhada a uma análise cosmopolita, por exemplo).

Abel Barros Baptista afirma que o “propósito cosmopolita” no estudo e análise da literatura não prega o universalismo, ele apenas pretende tornar possível ao leitor estrangeiro se aproximar de uma determinada obra sem que sua abordagem seja desqualificada por não levar em consideração as condições extra-literárias (sociais, políticas, econômicas) em que a obra foi realizada. Se fosse apenas isso, esse propósito cosmopolita seria uma visada interessante (e diríamos até necessária) para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno literário, dado que, como muitas vezes se observa, a contribuição de críticos estrangeiros se revela fundamental para a compreensão de determinados aspectos de um autor que por vezes não são visíveis aos seus conterrâneos. Vide o caso da crítica norte-americana Helen Caldwell, cuja familiaridade com Shakespeare lhe possibilitou desconfiar do narrador de *Dom Casmurro* de um modo que o público brasileiro, imbuído de preconceitos de classe e de gênero, jamais pensara em desconfiar²³. Isso acabou sendo fundamental para as novas interpretações de *Dom Casmuro* e para um entendimento mais completo da realização estético-formal do romance em questão. Mas mesmo nesse caso, como coloca

Schwarz (acertadamente, acreditamos), a compreensão acerca das circunstâncias particulares do contexto brasileiro foi essencial para que melhor se desenvolvessem as conclusões sobre o procedimento machadiano:

A presença ubíqua da cor local não pode ser mera ornamentação, sob pena de rebaixamento artístico. A própria desautorização do narrador masculino, tão esclarecedora, só atinge a plenitude de sua irradiação quando combina os atropelos do ciúme — uma paixão relativamente extraterritorial — às particularidades do patriarcalismo brasileiro do tempo, vinculado a escravidão e clientelismo, assim como à auto-complacência das oligarquias, além de vexado pela sombra do progresso europeu.²⁴

Acontece, porém, que Barros Baptista não está propondo apenas isto (a acolhida do olhar estrangeiro em pé de igualdade com o olhar nacional), o que ele está dizendo é que essa leitura com um propósito cosmopolita é a leitura que melhor pode iluminar e tirar conclusões a respeito de uma obra. A sua proposta possui assim um caráter quase normativo. Além do mais, aquilo que Baptista denomina “cosmopolitismo” parece tratar-se, na verdade, de uma via de mão única: trata-se do direito de o leitor/crítico de países de maior projeção cultural ser incondicionalmente acolhido nas suas observações a respeito de uma obra produzida

24. SCHWARZ. *Um mestre na periferia do capitalismo*, p. 70-71.

23. Ver CALDWELL, Helen. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

num contexto culturalmente periférico, mas não do direito do leitor/crítico da periferia ver as suas considerações tidas como igualmente válidas. Pois tudo aquilo que diz respeito à realidade local específica é visto como menos interessante, mesquinho e até limitador para as reflexões do leitor estrangeiro. Barros Baptista assim se expressa:

Nos estudos literários, o propósito cosmopolita define o princípio teórico e político que nos orienta a aproximação a qualquer texto com a ideia de que o que há de nobre e de emancipador na noção de literatura é o que nos anima a pressupor que cada texto foi escrito na previsão do estrangeiro que um dia o virá a ler e estará à altura de o ler precisamente na medida em que for capaz de circunscrever os limites da própria incompreensão sem perder de vista o privilégio de habitar a *mesma* casa, que é a mesma não porque seja desde sempre e essencialmente *a mesma*, antes porque a caracteriza a hospitalidade incondicional.²⁵ (BAPTISTA, 2009, p. 67)

É bonito, mas, para início de conversa, um texto não é escrito “na previsão do estrangeiro que um dia o virá a ler”. O texto simplesmente é escrito, ponto. Tomar como pressuposto que todo texto literário está orientado por um princípio de hospitalidade incondicional é, no mínimo, adotar um código de leitura bastante limitador, que provavelmente

não dará conta de vários aspectos do texto e, na verdade, não dará conta de um bocado de textos em si...

A questão, ainda, é que a ideia de que o que há de mais nobre na literatura seja a possibilidade de uma “hospitalidade incondicional” para com as diferentes leituras e diferentes procedências dos leitores que sobre determinada obra literária incidem é uma ideia que nasce de um contexto bastante localizado: os países política e culturalmente hegemônicos. Não que isso desmereça a ideia em si, mas é importante evocar o contexto de sua formulação a fim de melhor compreendê-la. Um leitor ou crítico de um país periférico não precisa requisitar hospitalidade ou um “espaço cosmopolita” quando aborda uma obra produzida no centro, porque tal abordagem já está dada, só pelo seu sentido (periferia em direção ao centro), como um movimento cosmopolita. Porque o destino é cosmopolita: o centro é cosmopolita (em outros termos, é universal); a periferia é exótica e, portanto, faz-se necessário pedir hospitalidade para se aproximar dela em segurança. O desequilíbrio dessas relações nos parece evidente. Logo, tomar tal proposta como o denominador comum capaz de magicamente reduzir todas as possibilidades de leitura a um ponto ótimo e necessário revela alguma falta de perspectiva histórica no estudo do desenvolvimento das ideias. De resto, nos parece muito oportuna a questão que Schwarz levantou em “Leituras em competição”:

25. BAPTISTA. A ideia de literatura brasileira com propósito cosmopolita, p. 67.

26. SCHWARZ. Leituras em competição, p. 76.

Por que supor, mesmo tacitamente, que a experiência brasileira tenha interesse apenas local, ao passo que a língua inglesa, Shakespeare, o *New Criticism*, a tradição ocidental e *tutti quanti* seriam universais? Se a pergunta se destina a encobrir os nossos déficits de ex-colônia, não vale a pena comentá-la. Se o propósito é duvidar da universalidade do universal, ou do localismo do local, ela é um bom ponto de partida.²⁶

A disjuntiva *local vs. universal* não dá conta da problemática da recepção e inserção da literatura brasileira – e de Machado de Assis, em particular – num cenário internacional. Faz-se necessário buscar novas categorias de pensamento que não ocultem a realidade histórica e social na qual a literatura está inserida e que sejam mais fieis à complexidade do fenômeno literário.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Abel Barros. Ideia de Literatura Brasileira com propósito cosmopolita. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, São Paulo, n.º. 15, dez/2009, p. 61-87.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. 12 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: FAPESP/Ouro sobre Azul, 2009.

_____. Esquema de Machado de Assis. In: CANDIDO, A. **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. Trad.: Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. Leituras em Competição. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.º. 75, jul/2006, p. 61-79.

WOOD, Michael. Um mestre entre ruínas. Trad.: Samuel Titan Jr. **Folha de S. Paulo**, Caderno +Mais, São Paulo, 21 julho 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2107200207.htm>> Acesso em: 5 maio 2013.

_____. Entre Paris e Itaguaí. Trad.: Otacílio Nunes Jr. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.º. 83, mar/2009, p. 185-196.